



**SELEÇÃO DE CANDIDATOS A ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA
PROCURADORIA GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)**

Data da aplicação: 17/01/2025

CADERNO DE PROVA

Nome:

Número do documento:

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ANTES DE INICIAR A PROVA

Informações Gerais

1. Confira atentamente seus dados pessoais transcritos acima
2. Verifique se o Caderno de Prova contém 20 (vinte) questões de múltipla escolha. Se este estiver incompleto ou apresentar qualquer defeito, informe ao fiscal para que sejam tomadas as devidas providências.
3. A prova terá duração de 02h30 (duas horas e trinta minutos) já incluído o tempo destinado ao preenchimento da Folha Respostas.
4. Não é permitido fazer perguntas durante a prova. Caso necessite de esclarecimentos, levante o braço e aguarde o fiscal.
5. Não será permitido copiar suas respostas por qualquer meio.
6. Use caneta esferográfica azul ou preta para preencher sua Folha Respostas

Cuidados ao marcar a Folha de Respostas

1. A Folha de Respostas não poderá ser substituída por erro do candidato
2. Assinale sua resposta de modo que fique bem visível, conforme o exemplo abaixo



3. Ao terminar a prova, verifique cuidadosamente se passou todas as suas respostas para a Folha de Respostas
 4. Fatores que anulam uma questão:
 - a) Questão sem alternativa assinalada;
 - b) Questão com rasura;
 - c) Questão com mais de uma alternativa assinalada.
-

DIREITO ADMINISTRATIVO

01. Imagine que a União, por meio do Ministério da Economia, ao interpretar norma de conteúdo indeterminado, cria um dever jurídico novo, em contrariedade a seu consolidado entendimento em casos idênticos. À luz exclusivamente da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que:

- A) Não é possível a alteração de entendimento consolidado pela Administração Pública.
- B) Somente poderia ser criado regime de transição se a norma que deu base à nova orientação fosse de conteúdo determinado.
- C) Não é possível impor regime de transição à Fazenda Pública, sobretudo quando em jogo o interesse público, ainda que nova interpretação contrarie entendimento consolidado anterior.
- D) Pode ser proposto regime de transição para que o dever imposto, em contrariedade à orientação anterior, seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

02. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), são documentos que devem ser incluídos no processo de contratação direta, seja por inexigibilidade ou dispensa de licitação:

- A) Apenas o documento de formalização de demanda e a estimativa de despesa.
- B) Somente o documento de formalização de demanda e a autorização da autoridade competente.
- C) O documento de formalização de demanda, a estimativa de despesa, a razão da escolha do contratado, a justificativa de preço, dentre outros.
- D) A autorização da autoridade competente e a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários apenas.

03. No que se refere ao controle da Administração Pública Federal, assinale a alternativa que contenha órgão de controle interno:

- A) Tribunal de Contas da União.
- B) Congresso Nacional.
- C) Controladoria-Geral da União.
- D) Ministério Público.

04. A Administração Pública no Brasil é dividida em direta e indireta. No que se refere às Universidades Federais, assinale a alternativa CORRETA:

- A) As Universidades Federais pertencem à Administração Pública Federal indireta, possuem natureza jurídica de autarquia, são detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.
- B) As Universidades Federais pertencem à administração pública federal direta, possuem natureza jurídica de autarquia, não são detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.
- C) As Universidades Federais pertencem à Administração Pública Federal direta, possuem natureza jurídica de secretaria especial, são detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.
- D) As Universidades Federais pertencem à Administração Pública Federal indireta, possuem natureza jurídica de empresa, são detentoras apenas de autonomia administrativa, didático-pedagógica e disciplinar.

05. Em relação ao processo administrativo no âmbito federal (Lei 9.784/99), assinale a alternativa correta.

A) Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada, excetuados os casos em que a lei dispensar.

B) A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

C) As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegatário.

D) A motivação dos atos administrativos deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato. Trata-se da chamada motivação aliunde.

06. Considerando a legislação acerca da prática de atos de improbidade administrativa e suas sanções, assinale a alternativa CORRETA:

A) O estagiário de um órgão federal não pode ser considerado agente público para efeitos da lei de improbidade administrativa, pois o seu contrato não é efetivo.

B) O agente público que permite a aquisição de bem por preço superior ao de mercado sem a intenção de causar prejuízo ao erário não comete ato de improbidade administrativa, de acordo com a atual redação da lei.

C) As sanções da lei de improbidade administrativa não se aplicam aos agentes políticos, pois estes possuem imunidade parlamentar dos seus atos.

D) O particular que celebra convênio com a Administração Pública não se sujeita à lei de improbidade administrativa.

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

07. Maria, aprovada no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para vaga escolhida no curso de Direito da Universidade Federal, ao intentar matricular-se no curso no qual logrou aprovação, de porte de toda regular documentação solicitada pela instituição, teve sua matrícula indeferida pela Pró-Reitoria de Graduação da Universidade, por escrito, sem qualquer fundamentação.

Considerando a sistemática constitucional, o instrumento constitucional passível de ser utilizado para se obter a matrícula de Maria, que teve o seu direito líquido e certo à educação violado, é:

A) O habeas data.

B) O mandado de segurança.

C) O mandado de injunção.

D) A reclamação constitucional.

08. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nos termos da definição contida em seu artigo 1º, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

De acordo com a Lei nº 13.709/2018, a comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado será:

A) Vedado, em qualquer hipótese, por se tratar de dados sensíveis, cuja proteção decorre da supremacia do interesse público.

B) Permitido, em regra, diante do princípio da publicidade da administração pública, exceto nos casos expressamente previstos em lei.

C) Vedado, em qualquer hipótese, por se tratar de dados sensíveis, cuja proteção decorre

implicitamente de proteção à segurança nacional.

D) Informado à autoridade nacional e dependerá de consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas na lei.

09. No que se refere às competências constitucionais do Tribunal de Contas da União – TCU, cumpre ao órgão:

A) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal.

B) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

C) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

D) Sustar, se não atendido, a execução do ato ou contrato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

10. À luz da Constituição Federal, é INCORRETA a seguinte afirmação:

A) Ao servidor público civil, é assegurado o direito à livre associação sindical.

B) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

C) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

D) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

11. Sobre a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação, é correto afirmar:

A) A Educação em Direitos Humanos, de modo vertical, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.

B) A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar ou, de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade, não sendo admitidas outras formas de inserção.

C) As Instituições de Educação Superior estimularão ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

D) O fomento e a divulgação de estudos e de experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos pelos sistemas de ensino e instituições de pesquisa não são considerados necessários pela resolução em apreço.

12. Em relação à disciplina constitucional de acumulação remunerada de cargos públicos, prevista no inciso XVI, do art. 37, da Constituição Federal, analise as seguintes afirmações com V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

() A Constituição Federal veda qualquer forma de acumulação de cargos públicos.

() A acumulação remunerada de cargos públicos é permitida para dois cargos de professor, desde que haja compatibilidade de horários.

() A acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde com profissões regulamentadas é permitida, desde que o servidor faça a opção por uma das remunerações.

() A Constituição Federal permite a acumulação remunerada de até três cargos de professor.

A sequência CORRETA se encontra em:

- A) V, F, F e F.
- B) F, F, V e V.
- C) F, V, V e F.
- D) F, V, F e F.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13. Considere o seguinte caso concreto: com base em parecer opinativo e não vinculante exarado pela Procuradoria Geral da Universidade Federal do Ceará (UFC), o Reitor da instituição denegou a nomeação de candidato aprovado em certame público em ordem de classificação inclusa nas vagas ofertadas pela Universidade. Tendo em vista que há direito líquido e certo para o pleito do interessado, uma vez que satisfaz todas as condições exigidas no edital, bem como sua classificação encontra-se no âmbito das vagas ofertadas, para fins de impetração de mandado de segurança, considera-se autoridade coatora:

- A) A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da entidade.
- B) O Procurador Federal que elaborou o Parecer opinando pela negativa da nomeação.
- C) O Reitor da Universidade.

D) O Procurador-Chefe da Procuradoria Geral da UFC.

14. De acordo com o CPC, no que se refere às normas fundamentais do processo civil, ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz observará a:

- I. Proporcionalidade;
- II. Razoabilidade;
- III. Legalidade;
- IV. Publicidade;
- V. Eficiência.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas os itens I e V estão certos
- B) Apenas os itens I, II e V estão certos.
- C) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- D) Todos os itens estão certos.

15. Sobre a Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985), assinale a alternativa CORRETA.

- A) A ação civil terá por objeto apenas a condenação em dinheiro.
- B) Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo judicial.
- C) A autarquia, empresa pública, fundação e sociedade de economia mista são entidades legitimadas a propor ação civil pública.
- D) O requisito de pré constituição de associação que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico não poderá ser dispensado pelo juiz sob hipótese alguma.

16. Sobre as nulidades no âmbito do processo civil, assinale a alternativa correta.

A) É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

B) Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenará as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados. O ato reputado irregular será repetido ou sua falta será suprida ainda que não haja prejuízo à parte.

C) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

D) As citações e as intimações não serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais.

A) 1, 2 e 5 apenas.

B) 1, 2 e 4 apenas.

C) 1 e 4 apenas.

D) 1, 2, 3 e 4 apenas.

18. O debate sobre a natureza e os princípios da ética tem suas raízes na antiguidade, com especial atenção à contribuição dos filósofos gregos. Esse diálogo histórico, apesar de originar-se em um período remoto, mantém-se com grande relevância na atualidade, influenciando decisivamente políticas públicas, padrões de conduta para agentes governamentais e o cotidiano da sociedade.

Quanto às diversas interpretações da ética, destaca-se a perspectiva que preconiza que a decisão mais adequada é aquela que proporciona maior bem-estar ao maior número de indivíduos, conhecida por

A) anarquista.

B) fundamentalista.

C) utilitarista.

D) contratualista.

19. Considerando a ética no setor público, assinale a alternativa CORRETA:

A) Não há conflito ético quando o agente público deixa de informar ilegalidades de que conhece por ordem do seu superior hierárquico.

B) No caso de haver duas alternativas para implementação de uma política pública, o órgão responsável deve buscar aquela que seja mais vantajosa ao interesse público.

C) O órgão que cria normativo permitindo que os agentes públicos busquem soluções mais baratas para os problemas, ainda que não expressas em lei, atua de forma ética.

D) É ético que determinado órgão deixe de publicar informações dos serviços prestados

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

17. De acordo com o Código de Ética dos Servidores Públicos do Poder Executivo Federal, considere os seguintes deveres:

1) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

2) Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.

3) Filiar-se à entidade sindical ou associativa que promova a defesa dos direitos dos servidores públicos.

4) Ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.

5) Frequentar cursos de capacitação profissional pelo menos uma vez ao ano, com o fim de melhorar a qualidade de prestação dos serviços públicos.

Constituem deveres fundamentais:

caso entenda que são prejudiciais ao Serviço Público.

20. Assinale a alternativa INCORRETA no que tange às disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

A) A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

B) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de demissão e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

C) Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

D) É vedado ao servidor público permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores.

RASCUNHO
